

Espaço de meio de hospedagem rural no Brasil como signo de espaço cívico¹¹⁸

Space of rural lodging in Brazil as sign of civic space

Espacio de alojamiento rural en Brasil como signo de espacio cívico

Luciano T. Tricárico¹¹⁹, Carlos A. Tomelin¹²⁰ Diva de M. Rossini¹²¹.

Resumen

El objetivo de esta investigación fue demostrar la manifestación cívica en los espacios de vivienda rural en Brasil. El objeto de la investigación fue el sitio Matsuo en Alto Vale Tietê, SP, Brasil. La metodología utilizó encuesta bibliográfica en datos primarios y secundarios, lectura espacial *in loco*, encuesta fotográfica para lectura espacial y

¹¹⁸ Pesquisa financiada pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica Artigo 170 do Governo do Estado de Santa Catarina (Brasil) e coordenada pelo primeiro autor deste artigo. Parte da fundamentação teórica do artigo foi discutida como comunicação de pesquisa no CITURDES (Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável), realizado na cidade de São Paulo no ano de 2014.

¹¹⁹ E-mail tricarico@univali.br ORCID: 0000-0003-3307-8229 (Universidade do Vale do Itajaí: Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria e Curso de Arquitetura e Urbanismo). Possui livros e capítulos de livros publicados, bem como artigos em revistas como Revista Pós, Topos, Estudos y Perspectivas en Turismo, Interações, Journal of Tourism and Development, The International Journal of design Management, Sustainability, Razón y Palabra entre outras. Graduado, mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAU USP). Pesquisador e docente junto ao programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria e Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí. Pesquisador vinculado ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – Brasil. Docente e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Balneário Camboriú, SC, Brasil.

¹²⁰ Email: tomelin@univali.br ORCID: 0000-0001-8988-4727 Universidade do Vale do Itajaí: Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria. Possui livros e capítulos de livros publicados, bem como artigos em revistas como Turismo: Visão e Ação, Interações, The International Journal of design Management, Tourism & Management Studies, Razón y Palabra entre outras. Doutor em Administração e Turismo na área de concentração em Gestão de Empresas Turísticas pelo Programa de Pós-graduação de Mestrado e Doutorado da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (SC), Mestre em Turismo e Hotelaria – UNIVALI; pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior, Marketing e Turismo – UNIVALI; graduado em Turismo pela PUC (Pontifícia Universidade Católica), RS. Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e Tesoureiro da UNIVALI. Professor do Programa Stricto Sensu Mestrado e Doutorado em Turismo e Hotelaria; coordenou os cursos de Graduação e Pós-graduação *Lato Sensu* em Turismo e Hotelaria. Pesquisador vinculado ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – Brasil. Docente e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Balneário Camboriú, SC, Brasil.

¹²¹ E-mail divarossini@univali.br ORCID: 0000-0002-9050-6587 Universidade do Vale do Itajaí: Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria e Curso de Arquitetura e Urbanismo. Possui livro e capítulos de livros publicados, bem como artigos em revistas como Interações, Journal of Tourism and Development, Turismo em Análise, The International Journal of design Management, Razón y Palabra entre outras. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Doutora em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Docente e pesquisadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Pesquisadora vinculada ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – Brasil. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Balneário Camboriú, SC, Brasil.



Primera revista digital
en Iberoamérica
especializada en Comunicología



entrevista abierta. La interpretación de los datos fue apoyada por la Teoría del Montaje de Benjamin y el ideal de la abducción de la semiótica de Charles Sanders Peirce. Los resultados confirman los atributos del espacio cívico en la vivienda rural.

Palabras clave

Lenguaje, *espacio*, alojamiento rural, espacio cívico.

Resumo

O objetivo da pesquisa foi demonstrar a manifestação de civismo em espaços de meio de hospedagem rural no Brasil. O objeto da pesquisa foi o Sítio Matsuo no Alto Vale Tietê, SP, Brasil. A metodologia utilizou levantamento bibliográfico em dados primários e secundários, leitura espacial *in loco*, levantamento fotográfico para leitura do espaço e entrevista aberta. A interpretação dos dados foi amparada pela Teoria da Montagem benjaminiana e o ideal de *abdução* da semiótica peirceana. Os resultados confirmam atributos de espaço cívico em meio de hospedagem rural.

Palavras-chave

Linguagem. espaço. meio de hospedagem rural. espaço cívico.

Abstract

The objective of the research was to demonstrate the manifestation of civism in spaces of rural lodging in Brazil. The object of the research was the Matsuo Site in Alto Tietê Valley, SP, Brazil. The methodology used bibliographic survey in primary and secondary data, space reading *in loco*, photographic survey to read the space

and open interview. The interpretation of the data was supported by the Montage Theory of Walter Benjamin and the ideal of *abduction* of the peircean semiotics. The results confirm attributes of civism space in rural lodging.

Keywords

Lenguage. *space*. rural lodging. civic space.

Introdução

A pesquisa foi pautada por dois fenômenos ainda não relacionados: espaços de meios de hospedagem rural no Brasil e espaço cívico. Há algumas aproximações entre esses dois fenômenos, mas que não utilizaram as categorias de análise do espaço cívico, feitas a partir de manifestações da hotelaria norte-americana. (Donzel, 1989; Walker, 2002). De sorte que se estabelece um problema de pesquisa: há “lacunas” teóricas acadêmicas que fundamentam a aproximação dessas duas empirias (civismo e espaço de hospedagem rural no Brasil) notadas conjuntamente.

Outro problema de pesquisa é que o estudo dos meios de hospedagem não tem se “debruçado” sobre valores *espaciais* como motivação de suas investigações. Eles têm se pautado numa lógica empresarial (Lashley, 2015), onde até mesmo a hospitalidade genuína é entendida como atendimento às necessidades do hóspede consumidor. Da mesma forma, estudos de Pezzotti (2011) assinalaram que a hospitalidade é uma estratégia e o serviço uma tática.

Lashley (2015) elaborou cinco atitudes hospitaleiras que podem se estabelecer num meio de hospedagem, quando da relação efetivamente social do anfitrião e hóspede: motivação oculta (alguém ter algum benefício), motivação restritiva (controlar ações ofensivas de um “inimigo”), motivação comercial (tratar bem o hóspede “cliente” na “casa” do anfitrião), motivação recíproca (receber o mesmo tratamento quando o hóspede se torna anfitrião e vice-versa), motivação redistributiva (ser benevolente e generoso) e motivação altruísta (ser “agradável” aos outros). Knutson *et al.* (2009) afirmam que a hospitalidade na hotelaria é compreendida no

envolvimento de pessoas e nunca nas “coisas” (objetos, *espaço*). Tasci e Semrad (2016) concluíram que há na hospitalidade uma “intensa” relação social porque é no valor humano que se formula um produto diferenciado.

Entende-se, pois, atributos sociais nas motivações das pesquisas em hospitalidade hoteleira, próprias à hospitalidade, mas que não compreendem o *espaço* como dominante categoria interpretativa, mesmo que uma relação dialética sócio-espacial possa se estabelecer. (Soja, 1993; Lefebvre, 1991).

Atributos *espaciais* podem ser pouco apreensíveis a partir de dados quantitativos “mensuráveis”, quando, por exemplo, esses atributos se apoiam em métodos interpretativos da linguagem espacial – *plurissignificação* e *abdução* (Peirce, 1984). Nesse sentido, Oh e Jeong (2010) inferiram que nos segmentos de mercado de hospedagem se deve depositar maior confiabilidade em teorias do que em dados. Tricárico *et al.* (2016) inferiram sobre uma semiótica do *espaço* de meios de hospedagem contemporâneos como atributo na discussão social crítica.

Por isso, ao se tomar o *espaço* como atributo interpretativo, fundamenta-se o caráter qualitativo e exploratório da pesquisa, cuja análise qualitativa pode ser conveniente por apresentar uma genuína relação dos meios de hospedagem rural no Brasil como signo de *espaço* cívico.

O argumento da hipótese da pesquisa foi pensar os espaços cívicos não somente ocorrendo em áreas públicas urbanizadas, mas em ambientes rurais turísticos que oferecem serviços de hospedagem e lazer. Recentemente se pode verificar que pesquisas têm conferido às cidades, sobretudo depois da

virada do século XXI, o lugar de excelência do ativismo cívico (Swerts, 2017), o que suscitou o interesse desta pesquisa em “desvendar” lugares de civismo ainda “invisíveis” ou formas emergentes do espaço cívico em meio rural.

Para tanto, tomou-se o Sítio Matsuo na região do Alto Tietê, SP, Brasil como objeto de pesquisa, uma vez estabelecido seu sucesso do ponto de vista do empreendedorismo de Turismo Rural no Brasil (O. Matsuo, comunicação pessoal, Outubro 15, 2017). A metodologia utilizou levantamento bibliográfico em dados primários e secundários, leitura espacial *in loco*, levantamento fotográfico para leitura do espaço e entrevista aberta com o proprietário do sítio. A interpretação dos dados coletados foi amparada pela Teoria da Montagem (Benjamin, 2007), “entreposta” com o ideal de *abdução* da semiótica peirceana (Peirce, 1984).

Justifica-se essa pesquisa por lançar um “olhar” diferente ao espaço cívico possível em espaços de meio de hospedagem rural no Brasil, notadamente diante do declínio do estado-nação onde a sociedade necessita reinventar seus espaços de expressão cívica (Antonini, 2014). Essa questão se torna ainda mais premente em contextos latino-americanos onde há grandes exclusões de setores populares e o desinteresse público, muitas vezes oriundos da falta de ativismo cívico. (Hamburger Fernandez, 2013).

Especificamente no Brasil, a herança colonial exploratória contribuiu para a cultura contemporânea do brasileiro e sua dificuldade em se apropriar de espaços cívicos. (Damatta, 1997; Holanda, 1995; Prado Jr., 1987). Aliado a um lento processo de urbanização nos primeiros trezentos anos, mas que a

partir do século XX ocorreu rapidamente, fazendo com que o setor público não qualificasse ambientes cívicos urbanos proporcionalmente ao contingente de cidadãos que apinhavam as cidades. (Deák & Schiffer, 2010).

A relevância do tema dessa pesquisa se dá para a área de estudo do Turismo porque os meios de hospedagem são parte da cadeia produtiva e da infra-estrutura turística (Amposta, 2015). Esta relevância se configura não somente no âmbito do turismo urbano, mas também no espaço rural, no momento que ele pode ser mais uma alternativa para a atividade turística. O turismo rural no Brasil tem um grande potencial para agregar valor à produção do campo, gerando emprego e renda e diminuindo a sazonalidade da produção do agronegócio em períodos de entressafra. (Coriolano & Vasconcelos, 2012).

Para tanto, este artigo científico se organiza apresentando a metodologia subdividida em sua caracterização, procedimentos e ferramentas de pesquisa na coleta de dados e método interpretativo para análise dos dados. Vai ao encontro de uma fundamentação teórica necessária dos conceitos básicos utilizados, procura demonstrar a “lacuna” teórica em não ter pesquisas que estudaram o espaço de meio de hospedagem rural no Brasil como signo de espaço cívico. Em seguida, apresentam-se os resultados da pesquisa com a contextualização do objeto de pesquisa, a aplicação do instrumental e ferramentas de pesquisa e os dados discutidos. Por fim as conclusões e as referências bibliográficas.

Metodologia

Caracterização da pesquisa



Primera revista digital
en Iberoamérica
especializada en Comunicología



A pesquisa se caracterizou como qualitativa, exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2008), os objetivos da pesquisa procuraram por uma visão generalizante de um fenômeno para o Turismo Rural: espaço de meios de hospedagem rural no Brasil como signo para o espaço cívico. Ao mesmo tempo em que descreveu características desse fenômeno.

O caráter exploratório da pesquisa se adequou ao valor interdisciplinar, pois vinculou dois fenômenos (espaço de meios de hospedagem rural no Brasil e civismo) pouco correlacionados, pouco sistematizados e estudados de forma conjunta. Corroborando com o objetivo de explorar fatos pouco conhecidos (Sampieri *et al.*, 2013). De maneira que se observou uma combinação de conteúdos distintos se constituindo como uma nova ideia, apresentada num primeiro momento de forma “ampla” e “aberta”, própria à pesquisa qualitativa (Vasconcelos, 2002). A partir da qual (enquanto revelação hipotética inusitada) poderão surgir outras pesquisas com outros caracteres, instrumentos, ferramentas e métodos interpretativos.

Procedimentos e ferramentas de pesquisa na coleta de dados

A determinação do Sítio Matsuo como objeto de pesquisa se deu em uma visita guiada ao local dentro das programações do CITURDES (Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável), realizado na cidade de São Paulo no ano de 2014. Deve-se notar que o fato de selecionarem esse sítio para visita é porque ele engloba situações notáveis para estudos científicos acadêmicos na área de Turismo Rural no Brasil (O. Matsuo, comunicação pessoal, Outubro 15, 2017). A construção da hipótese da pesquisa se deu nesse primeiro contato de visita, sobretudo ao se verificar empiricamente o signo da *coletivização* denotado nos

espaços do sítio.

A partir do objeto selecionado, procuraram-se trabalhos acadêmicos científicos (essencialmente dissertações e teses) na biblioteca da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), na biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) e na biblioteca da Universidade Anhembi-Morumbi (UAM), que tivessem tratado do Sítio Matsuo. Nesse caso, não foi encontrado nenhum trabalho a respeito do sítio, o que atesta o caráter inovador do objeto de estudo. Diante disso, foi feita uma busca de literatura sobre o Sítio Matsuo em fontes secundárias (*folders*, folhetos e sítios eletrônicos) organizadas pelo município de Mogi das Cruzes e instituições ligadas ao turismo rural do Alto Vale Tietê, no intuito de contextualização do objeto de estudo.

Houve a leitura dos espaços do Sítio Matsuo enquanto meio de hospedagem a partir do método interpretativo da Teoria da Montagem de Walter Benjamin (2007), a qual estabeleceu determinados usos do espaço, determinou *fragmentos sígnicos pretéritos* (Benjamin, 2007) e ordenou significados dos espaços analisados. Essa interpretação foi pautada por repertório prévio dos pesquisadores em História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo, fundamentando-se no que Roland Barthes (1971) entende por conhecimento adquirido e experiência do pesquisador na discriminação de conteúdos e temas considerados pertinentes à explicação.

A fotografia foi uma ferramenta que amparou a leitura espacial, seja como registro do espaço analisado *in loco* (para sua conseguinte explanação), ou como fonte primária analisada enquanto representação do espaço. A coleta de dados (enquanto leitura espacial e levantamento fotográfico) foi feita no segundo semestre

de 2017 em um dia de trabalho, oportunizando-se naquele momento uma entrevista de caráter aberto com o proprietário do Sítio Matsuo (Osvaldo Matsuo).

Os *fragmentos sígnicos pretéritos* (Benjamin, 2007) foram considerados como palavras-chave (em português, inglês e espanhol) para busca de material bibliográfico em produção científica pertinente dos últimos 20 anos (1999 a 2018) em portais de pesquisa acadêmica de base de dados (Ebscohost, Elsevier, Scielo (Scientific Electronic Library Online e Portal de Periódicos Capes Brasil – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A leitura da bibliografia oriunda dessa “varredura” fundamentou explicações dos *fragmentos sígnicos pretéritos* (Benjamin, 2007) eleitos para evidenciar os espaços do sítio que podem explicar o amparo ao civismo.

A discussão dos resultados da pesquisa e as conclusões foram feitas com o “cruzamento” de referencial teórico e fundamentação teórica com a interpretação da leitura espacial.

Método interpretativo da pesquisa e procedimentos de análise dos dados

Entendeu-se a condição do espaço para o civismo como dado não verbal, o que caracteriza a busca da realidade do espaço socialmente construído como gerador de informação. (Soja, 1993; Lefebvre, 1991). Assim, partiu-se da leitura do espaço e sua representação (seja em fotografias dos espaços do Sítio Matsuo e foto aérea da implantação de edificações do sítio) na tentativa de explicar a hipótese da pesquisa.

Por se tratar de linguagem espacial, é notória sua plurisignificação inerente, originando uma gama de interpretações com várias possibilidades

relacionais. (Peirce, 1984). Deve-se considerar que o método não se inicia com a formulação de uma teoria que é aplicada ao objeto no intuito de *deduzir* alguma relação teórica. Mas, partiu-se do objeto de pesquisa interpretado com a leitura espacial *in loco* ou com a análise das fotografias dos espaços do sítio como geradores de interpretações. De maneira que o método interpretativo esteve amparado pela *abdução* (Peirce, 1984) na construção hipotética da informação não verbal.

Concomitante e convenientemente, valeu-se da Teoria da Montagem de Walter Benjamin (2007), por sua aproximação metodológica com a *abdução* na leitura de imagens: “A leitura por imagens na descaracterização de um contínuo cotidiano apresenta uma estreita união metodológica e epistemológica entre as posturas de Walter Benjamin e as propostas que deduzimos do estudo de vários conceitos de Charles Sanders Peirce, sobretudo, de sua fenomenologia”. (Ferrara, 2000, p.127).

A montagem para Benjamin (2007) opera por citações do passado (*fragmentos sígnicos pretéritos*), as quais, ainda que abordem descontinuidades temporais cronológicas, podem permitir uma reescritura da história. A prática da *montagem* propõe um leitor de imagens que reconhece, revela e redime o passado (Ferrara, 2000) a partir de sua capacidade repertorial. Sendo necessário “ler” no passado (através de *fragmentos sígnicos pretéritos*) resultados entre signos que estão no espaço e a memória de informações acumuladas pelo leitor (pesquisador).

Por isso a leitura espacial é sempre possível (*abdução*), nunca

pretenciosamente absoluta ou total (Ferrara, 2005). O que leva ao encontro de uma pesquisa de caráter qualitativo, pois se tem a realidade do objeto pesquisado apresentado de forma complexa, contextualizada e não repetindo o que já se escreveu sobre o assunto, propiciando o exame de temas novos e com novas conclusões (Marconi & Lakatos, 2017).

Revisão bibliográfica e fundamentação teórica

Espaço cívico

Definições para civismo se referem à dedicação ao interesse *público* e às práticas fundamentais para uma vida *coletiva* visando o bemestar de todos numa sociedade. (Ferreira, 2018; Weiszflog, 2004; Houaiss, 2017; Priberam, 2018).

Notam-se, sobremaneira, pesquisas contemporâneas de cunho social que procuram “descortinar” o empoderamento de novas lideranças cívicas a partir da comunidade, e o propósito democrático como alternativa à centralização estatal (Hambleton, 2015). Com o mesmo caráter social, pesquisas empíricas de gênero demonstraram avanços para a prática de um civismo cosmopolita. (Høy-Petersen *et al.*, 2016). Bem como pesquisas sociais discutem uma nova compreensão da política urbana enquanto processos de aprendizagem inclusivos através de ligações familiares e seu ativismo ecológico urbano. (Blok & Meilvang, 2014).

Pelo viés de estudos do espaço cívico, pode-se considerar que a bibliografia tem entendido o *espaço* para a prática do civismo fundamentado essencialmente no papel do espaço público e seu teor *coletivo* conglomerando pessoas. Abrahão (2008) afirma que os espaços públicos são indispensáveis para o exercício cívico, da

ciudadania e de manifestações da vida pública.

Esse ideal remonta a *ágora* na *polis* grega como suporte para o civismo. (Souza, 2002; Platão, 1965). Depois dos gregos, o espaço cívico se configurou no fórum romano. (Mumford, 1998; Sennett, 1990). A praça pública surgiu no período medieval como espaço para decisões da vida pública e para o comércio. (Mumford, 1998; Sennett, 1990). Cidades medievais como *castelnaus*, *sauvetés* e *bastides* demonstraram uma nova democracia amparada por um código civil e princípios igualitários. (Grinover, 2016). No Renascimento, os logradouros públicos configuraram entroncamentos direcionando cidadãos que se encontrariam na praça cívica. (Viezzer, 2014).

Após o Renascimento, entre os séculos XVI e XVIII, a praça e logradouros (bulevares) se configuraram em monumentalidades urbanas, em razão de suas importâncias cívicas para cidades remodeladas pela Revolução Industrial (Viezzer, 2014; Mumford 1998). No modernismo urbanístico, as praças e logradouros públicos perderam usos e costumes locais enquanto apropriação cívica (Alexander *et al.*, 2013), eles promoveram insegurança, esvaziamento e degradação (Gueraldi & Lutz, 2015). Atribui-se ainda uma desterritorialização da esfera pública cívica do espaço físico real diante de configurações sociais em espaços ditos “virtuais” de organizações em rede (Balula, 2010). No entanto, o espaço físico real não foi suplantado por uma homogeneização que se propagava com a globalização. Os espaços públicos das cidades contemporâneas foram marcados pela diferença entre elas. (Costa *et al.*, 2006).

A necessária crítica pós-moderna ao movimento urbanístico modernista

propôs outra condição para praças contemporâneas: considerar a cultura cívica local no uso do espaço público. (Alex, 2008).

Conclui-se, com todo o histórico arrolado para o espaço cívico, que o conceito de civismo está intimamente ligado à vida urbana (Holanda, 1995). Yokoo e Chies (2009) notaram que praças urbanas são situações estruturantes dos vários espaços públicos de uma cidade e, como tal, elas também estruturam a identidade social, a história e a cultura cívica.

No entanto, deve-se notar que o espaço cívico urbano brasileiro foi comprometido pelo domínio rural sobre o urbano desde a Colônia (com a família colonial e o engenho se bastando a si mesmos) até meados do século XVIII, atrasando a configuração de centros urbanos no Brasil. O meio rural brasileiro foi durante muito tempo um lugar autônomo, o que deixou as cidades esvaziadas pela falta de vivência e o convívio entre cidadãos. (Holanda, 1995).

Quando do surgimento da praça pública no Brasil, o civismo foi “sacrificado” em favor da ideologia cristã católica, pois as cidades assentadas no Novo Continente tinham uma praça com igreja católica enquanto representação do poder religioso. O vazio urbano (praça) promovia a visibilidade monumental da igreja. (Robba & Macedo, 2003).

Com a Proclamação da República no Brasil e mudanças políticas ocorridas, a praça brasileira começou a obter um significado mais cívico. Apareceram no entorno da praça edificações de grande importância, como escolas, bancos, sedes de instituições públicas, residências abastadas (César *et al.*, 2017), denotando-se um valor não só religioso para o espaço da praça.

As praças brasileiras atualmente qualificam o espaço público para o civismo, por seu caráter coletivo e multifuncional, por possuir acesso livre e possível convivência. Essa condição incentivou a requalificação da praça urbana brasileira (sobretudo a partir do final do século XX) com usos de conservação de recursos naturais, recreação, esportes e combate à conturbação cidadina em favor de direitos vicinais públicos. (Alex, 2008).

Turismo, meios de hospedagem e relações com o espaço cívico

O ideal do *civismo* no âmbito do Turismo pode ser considerado como ainda não devidamente estudado. Pode-se ter uma aproximação mais efetiva do civismo com o Turismo dentro de conteúdos de gestão e administração com pesquisas de arranjos colaborativos, tais como os trabalhos de S. Selin e K. Beson, C. M. Hall, D. G. Pearce, E. Inskeep, C. A. Gunn, T. B. Jamal e D. Getz, P. Komilis e J. McCann; ressaltando-se que essas contribuições foram formuladas a partir de experiências de contextos considerados “desenvolvidos”, diferentes de uma realidade brasileira. (Araújo, 2012, pp.384-387): “No Brasil, o fenômeno colaborativo encontra-se subestudado, apesar das inúmeras ocorrências empíricas da colaboração (...) Outro aspecto que não tem sido estudado, nem no Brasil nem no exterior, é a relação entre o planejamento ou a gestão colaborativa do turismo e os territórios aos quais as decisões tomadas se destinam”. (Araújo, 2012, pp.390-391).

Pesquisas acerca do Turismo Rural no contexto espanhol de Castilla y León apresentaram incrementos econômicos no setor de estabelecimentos de serviços de hospitalidade na zona rural, que se desdobraram em valorização da cultura,

paisagem e arquitetura locais (González, 2005). O que denota um sentido de ações cívicas oriundas do pertencimento e envolvimento da população local. Da mesma forma, o Valle del Tiétar na província de Ávila, que com aportes no setor do turismo rural e turismo de natureza teve que repensar contradições degradantes do crescimento econômico em favor dos valores paisagísticos e culturais (Hernández & Vaquero, 2006), muito provavelmente por influência da população local através de movimentos cívicos.

De outra maneira, estudos em Hotelaria sinalizaram o papel dos meios de hospedagem vinculado ao civismo, ainda que não discriminassem categorias de análise e conteúdos do civismo. Segundo Donzel (1989), hotéis constituíram um dos poucos lugares em que a sociedade norte-americana encontrou segurança para obter uma vida pública com urbanidade e ter experiências civilizatórias dentro da esfera pública. Sem dúvida que alguns hotéis norte-americanos configuram espaços privados, mas apenas sob a ótica legal. (Donzel, 1989, p.8).

De sorte que a história dos meios de hospedagem norte-americanos e sua possível interface com o civismo se constituiu desde as estalagens, tavernas e *comuns* coloniais, os quais se tornaram ponto de encontro para as comunidades locais, foram lugares para se inteirar dos últimos acontecimentos, marcar reuniões e “fechar” negócios. (Walker, 2002).

O estalajadeiro (proprietário da estalagem, *comun* ou taverna norte-americanos) era em muitos casos o membro da comunidade mais respeitado, quando também o mais abastado, ocupava cargos eletivos na comunidade local e até na política nacional, como exemplarmente pôde se dar com John Adams, o segundo

presidente dos Estados Unidos (que foi gerente de uma dessas tavernas entre os anos de 1783 a 1789). (Walker, 2002, p.10).

As guerras de independência dos Estados Unidos não conseguiram mudar o caráter desses estabelecimentos, ao contrário, enfatizaram o uso “público”, só que passaram a funcionar sob outra denominação de influência francesa: *hotéis*. (Walker, 2002, p.11). De modo que desde muito tempo atrás os hotéis foram o “epicentro” da vida política norte-americana: o Hotel Arlington em Washington, inaugurado em 1868 em frente à Casa Branca, foi praticamente um anexo dela durante as administrações dos presidentes McKinley e Roosevelt. (Donzel, 1989, p.29). E essa ideia se prolongou adiante, quando em 1925 o Hotel Mayflower serviu como anexo à mansão presidencial (com funções semi-oficiais). Bailes para comemoração de conquistas eleitorais para presidência norte-americana aconteciam no Mayflower. (Donzel, 1989, p.83).

O Hotel Waldorf Towers de Nova York possuía uma entrada separada para chefes de Estado a partir da 50th Street. Esse hotel usado pelos presidentes dos Estados Unidos foi também a casa do embaixador da ONU (Organizações das Nações Unidas) na América do Norte. O Hotel Waldorf Towers foi inaugurado com o presidente Hoover discursando (Donzel, 1989, p.29), tamanha a influência de um hotel na vida política norte-americana.

Grandes banquetes e convenções políticas para correligionários e simpatizantes partidários eram oferecidos pelos candidatos a cargos políticos nos hotéis norte-americanos. Vale lembrar que ataques violentos aos presidentes Robert Kennedy e Ronald Reagan se deram em grandes hotéis dos Estados Unidos (Donzel,

1989, p.14).

O Hotel Ritz Paris serviu de decisões políticas entre intelectuais contra os nazistas na Segunda Grande Guerra (Dias, 2002). Também no Brasil, durante a Era Vargas, muitos hotéis foram “palco” para o discurso e apresentação pública do presidente Getúlio Vargas (Neto, 2012).

Pesquisas recentes demonstraram que a indústria hoteleira deve se atentar para a criação de experiências aos hóspedes e, para tanto, a prestação de serviços em relação direta com o comportamento dos consumidores pode construir signos de civismo (Forné, 2015). Também recente é uma pesquisa que inferiu sobre o papel da hotelaria pública e seu compromisso cívico na conservação do patrimônio edificado, ao mesmo tempo em que reconhece condições de sustentabilidade e gestão patrimonial para o Turismo Cultural. (Pérez, 2015).

Sob a ótica de uma interpretação do *espaço* para o civismo em meio de hospedagem rural no Brasil, pode-se considerar que ainda não há nenhuma pesquisa formulada até então. Essa asserção se faz porque há uma condição do espaço com uso *coletivo* em hotéis (e, portanto, um grau de parcimônia pública nos espaços de hotéis) como atributo de recepção de diversidades sociais, num possível conglomerado de diferentes “opiniões” que mutuamente discutem e aprendem *uns* com os *outros*.

Conclui-se que, de modo geral, há uma carência de estudos em revelar novos espaços para a prática do civismo, sobretudo diante de manifestações contemporâneas até então consideradas por seu caráter “privado” (como é a oferta de serviços de um meio de hospedagem).

Resultados

Contextualização do objeto de pesquisa

O Turismo Comunitário e o Turismo de Base Comunitária com seus desdobramentos enquanto Turismo Rural no Brasil têm enfatizado relatos culturais locais, proteção e conservação de patrimônios tangíveis e intangíveis que vêm se tornando a motivação para visitantes e moradores locais. Assim, verificam-se em Batoque no município de Aquiraz, CE; na região do Cariri cearense; no Assentamento Coqueirinho em Fortim, CE; comunidades de Trairi, CE (Coriolano & Vasconcelos, 2012, pp.59-103); na Rota da Liberdade, Recôncavo Baiano, BA; Serra Gaúcha, RS; na experiência da Acolhida da Colônia, SC; nos Caminhos Rurais nas proximidades de Porto Alegre, RS; no Alto Vale Tietê, SP (Trevisan, 2006); entre tantos outros.

No centro da Região do Alto Vale Tietê se encontra o município de Mogi das Cruzes, SP, Brasil, às margens do Rio Anhembi (atual Rio Tietê). O município teve início como ponto de descanso do bandeirante Braz Cubas a partir de 1560 (Secretaria de Desenvolvimento, Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, 2018). Atualmente Mogi das Cruzes é reconhecida pela diversidade de colonização de várias etnias, destacando-se as de origem japonesa (imigração centenária já na terceira geração no município).

O município é considerado um “cinturão verde” e a “terra do caqui” (por ser o maior produtor nacional da fruta), o maior produtor nacional de cogumelos comestíveis e nêspera. A produção de verduras, legumes, aves e ovos põe a cidade entre as lideranças nacionais e soma com a produção total do Alto Vale Tietê 25% do abastecimento paulista e carioca. (Secretaria de Desenvolvimento, Prefeitura

Municipal de Mogi das Cruzes, 2018).

Mogi das Cruzes é o maior produtor de orquídeas da América Latina. O maior produtor de flores do Alto Tietê ocupando a terceira posição da colocação estadual (representando 70% da produção nacional).

Tudo isso por influência dos japoneses com tradição na lida de hortifrutigranjeiros. Nesse contexto, há vários festivais que revelam a cultura da economia do município pautada pela influência oriental japonesa atrelada aos hortifrutigranjeiros: o Festival Furasato Matsuri e a Festa de Outono Akimatsuri (Secretaria de Desenvolvimento, Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, 2018).

De sorte que a cultura econômica revela a importância que a zona rural tem para a cidade. Nesse viés, Mogi das Cruzes tem investido no turismo rural como forma de incrementar a economia local, preservar e conservar seu patrimônio natural e cultural da colonização japonesa (Secretaria de Desenvolvimento, Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, 2018).

Soma-se também o fato de alguns cultivos já não terem mais a continuidade da família japonesa, uma vez que a terceira geração de filhos de imigrantes foi estudar fora da cidade, acabando por se dedicar a outras profissões. Daí o turismo rural surgiu como uma forma de manter a propriedade com outros modos de lucratividade. (O. Matsuo, comunicação pessoal, Outubro 15, 2017).

Há várias propriedades que se destacam para a prática do turismo rural em Mogi das Cruzes: Sítio Matsuo, Orquidário Oriental, Fruticultura Hoçoya, Fazenda São José, Fazenda Cinco Pedras, Sítio São Jorge, Sítio Querência, Sítio Nakahara, Fazenda Rio Grande, Sítio Paraíso das Microorquídeas, Chácara Santo Antônio e

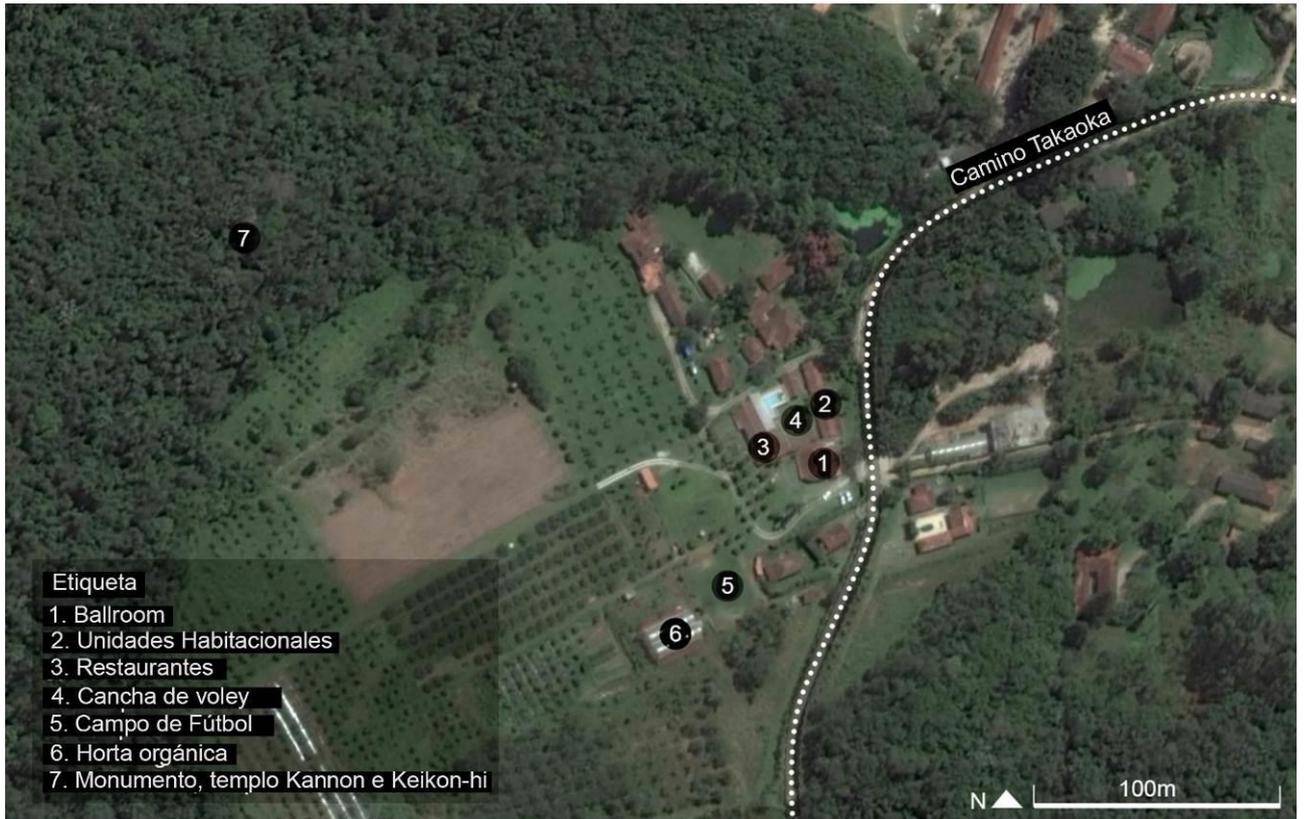
Sítio das Águas da Mata. (Secretaria de Desenvolvimento, Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, 2018).

Dentre eles, destacou-se como objeto dessa pesquisa o Sítio Matsuo. Tal escolha se deu por um repertório adquirido em função do potencial valor deste objeto para o estudo de Turismo Rural no Brasil, por ser produtor destacado de caqui e nêspera (frutas de cultivo associado ao conhecimento japonês) na região, por possuir receptivo para turistas e visitantes locais, por possuir um templo para visitaç o p blica (Mogi Hakone) e promover eventos abertos   comunidade. (Feijoada de Sete de Setembro, festa do p essego, festa do caqui, cursos de olericultura), (O. Matsuo, comunica o pessoal, Outubro 15, 2017).

Leitura espacial do objeto de pesquisa e aplica o da Teoria da Montagem

A implanta o (Figura 1) das edifica es que amparam a visita o e a estada no Sítio Matsuo pode ser interpretada como se fosse uma *urbe*, ainda que em zona rural.

Figura 1. Implanta o das edifica es e programa de usos do Sítio Matsuo



Fonte: elaboração dos autores a partir do Google Earth.

O ideal de procura de um *fragmento sígnico pretérito* (Benjamin, 2007) – a *urbe* – para a leitura espacial, vai ao encontro das bases metodológicas para explanar o objeto de estudo enquanto linguagem espacial, pois esta se estabelece em princípio um tanto difusa, porque marcada pela *plurissignificação*. (Peirce, 1984). Diante disso, uma *dominante de interpretação* (Jakobson, 2017) pode ser identificada e eleita entre os diferentes *fragmentos sígnicos pretéritos* reconhecidos. (Ferrara, 2005).

De sorte que uma *urbe* se estabelece como *dominante de interpretação* (Jakobson, 2017) na implantação das edificações do sítio. Roman Jakobson (2017) propõe que toda semântica (do espaço nesse caso) é organizada a partir de uma *dominante*, garantindo um “fio condutor” para o exercício da leitura, um índice

“governante” que pode determinar e hierarquizar os demais.

Da *urbe* se podem desdobrar signos de *urbanidade* enquanto usos desses espaços: habitar (nas unidades habitacionais de hospedagem), recrear (campos de vôlei e futebol, *playground*), práticas de culto religioso (Templo Kannon Mogi-Hakone e Monumento Keikon-hi), restaurar-se com alimentos e bebidas (restaurante), reunir-se de forma *coletiva* (varandas, *ballroom*), trabalhar (oficinas de artesanato e olericultura).

Reunir-se *coletivamente* junto às unidades habitacionais de hospedagem do sítio (antigas granjas de galinha) se observa em varandas contíguas dessas unidades habitacionais (Figura 2). E como tal, as varandas, interpretadas como *fragmento sógnico pretérito* (Benjamin, 2007), é um ponto de contato entre a vida *pública* (da rua) e a privacidade da habitação. (Brown *et al.*, 2010; Brandão & Moreira, 2017). Varandas são um território para o ritual de entrada e um espaço semi-privado, um lugar para um convidado inesperado, porque a casa não está pronta para a devida hospitalidade ao visitante. (Heathcote, 2012). Elas são um filtro para aquilo que convém e o que não convém para habitabilidade. (Maragno & Coch, 2017).

Quase todas as áreas habitáveis do planeta possuem casas com *varandas*. (Heathcote, 2012) (Figura 3). As varandas estão presentes na arquitetura brasileira desde o princípio da colonização. (Maragno & Coch, 2017).

Nos Estados Unidos, as varandas se tornaram símbolo do lar, marcando uma ruptura com o tipo de construção inglesa do colonizador, elas são identificadas como lugares de diplomacia e até serviram como escolas diante da explosão demográfica das cidades e a falta de edificações próprias para aulas. (Heathcote, 2012).

As varandas configuram, a partir de *fragmentos sgnicos pretéritos* (Benjamin, 2007) acumulados ao longo da história, espaços que promovem a vizinhança e o convívio *coletivo* com vizinhos ou em família. Varandas garantem a sensação de comunidade e segurança, revigorando a rua para o pedestre transeunte que pode se sentir seguro pela presença de pessoas nas varandas. Também porque elas amparam atividades ao longo do dia (jardinagem, arrumações da casa nas férias, brincadeiras infantis, entre outras) que asseguram presença de pessoas e a oportunidade para o convívio e as trocas sociais. (Brown *et al.*, 2010). Para Brandão e Moreira (2017), o ato de recepção de visitantes nas varandas faz delas um espaço *público* como parte da própria cidade, sendo consideradas como praças *públicas*.

Figura 2. Varandas, Sítio Matsuo



Fonte: arquivo dos autores, 2017.

Figura 3. "Varanda Ironbound na Ilha de Maine", John Singer Sargent, 1900.

“Pequeno almoço na varanda”, John Singer Sargent, 1910



Fonte: <http://www.arteygalerias.com/john-singer/john-singer-sargent-%E2%80%93-obra-acuarelas-y-paisajes/>; <http://pt.wahooart.com/@/@/8BWSVB-John-Singer-Sargent-Pequeno-almo%C3%A7o-no-Loggia.>

Para Brown *et al.* (2010), as varandas não precisam “replicar” historicamente as trocas por obrigação entre vizinhos, mas podem fornecer às comunidades contemporâneas a oportunidade de convívio quando assim o desejarem, desembocando em relações sociais que envolvem demandas políticas e a criação da cultura cívica.

O ato de se restaurar com alimentos e bebidas no Sítio Matsuo se dá também de forma *coletiva* no restaurante e nas cozinhas abertas e integradas ao salão dos restaurantes (Figura 4).

Figura 4. Restaurantes e cozinhas, sítio matsuo





Fonte: arquivo dos autores, 2017.

O *fragmento sgnico pretérito* (Benjamin, 2007) para explicar o espaço do restaurante e da cozinha como espaços para oportunidades de trocas sociais estão nos lugares de alimentao da tradicional casa brasileira. Esses espaços se fizeram historicamente como um primordial lugar de encontros familiares e recepo de visitas mais íntimas da família brasileira. (Lemos, 1976) (Figura 5).

As cozinhas e salões para alimentao do Sítio Matsuo encerram dimensões adequadas para acomodar grande número de comensais e seus anfitriões, numa possível metáfora da grande família com seus amigos mais íntimos. Condio denotada, por exemplo, no evento da Feijoada de Sete de Setembro. (O. Matsuo, comunicao pessoal, Outubro 15, 2017).

Essas manifestaes empíricas podem ser interpretadas como *fragmentos sgnicos pretéritos* (Benjamin, 2007), pois vão ao encontro do entendimento do ato de comer como um ato que não é solitário, mas a origem da socializao, fazendo com que o indivíduo não só aprenda, mas enfatize continuamente normas sociais que incluem decisões com “quem” dividir o momento da refeio, construindo, portanto, redes de relaes, limites e conquistas políticas. O tempo nas práticas alimentares

coletivas pode se iniciar desde a coleta de ingredientes e condimentos (Figura 6), passa pela preparação da comida, pela refeição em si e a sesta, numa oportunidade *comunal* de vivências. (Carneiro, 2005).

Como propõe Michel Maffesoli (2002), o ato de se alimentar (o quão mais coletivo possível) se torna uma condição também para o ato de se *comunicar* (colocar indivíduos em *comum*). Disso decorre a oportunidade de trocas de informações como signo de civismo. Vale destacar que a *comunicação* tratada aqui não é somente verbal, ela envolve uma totalidade de conversas, objetos, gestos, etc. (Maffesoli, 2002, p. 136): “(...) a refeição é um ato social fundamental, na medida em que oferece a seus parceiros uma experiência impressionante das relações sociais, fixando solidamente a coesão, fazendo momentaneamente desaparecer as imposições e os desnivelamentos, (e) exacerbando-os (...)” (Maffesoli, 2002, p. 132).

Figura 5. “Entrudo na cozinha brasileira”, Augustus Earle, cerca de 1822.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Folclore_brasileiro.

Figura 6. “Quatro estações: verão”, Pieter Bruegel, 1623



Fonte: <https://santhatela.com.br/produto/bruegel-4-estacoes-verao/>

Porém, o ato de se alimentar não é somente marcado por sociabilidades afáveis: Maffesoli (2002, p.132) explica que a refeição está também permeada por conflitos. Assim como nas relações de vizinhança, há provocações “teatralizadas” nos ritos da refeição, seja através da forma como se manuseiam talheres, modo de se dispor a comida no prato, escolha de determinados alimentos, a discriminação de condimentos, como se servem os comensais... E que podem levar a uma “harmonia” dinâmica (Maffesoli, 2002, pp.132-133): “(...) são indícios de uma troca simbólica que tenta escapar da dominação do poder ou dos diversos “dever-ser”. (Maffesoli, 2002, p.135). E: “Nós ‘rivalizamos’ nossos presentes, nossos festins, nossas núpcias, nossos convites, e nos sentimos ainda obrigados a nos *revanchieren*, como dizem os alemães”. (Montadon, 2003, p.133).

A recreação no sítio também se dá de forma *coletiva* e atendendo a todas as idades: *playground*, campo de futebol e campo de vôlei (Figura 7). Entende-se que a infância é um período que contribui para a formação social da criança quando adulta. Uma das ferramentas utilizadas para desenvolver tal formação pode se dar de maneira lúdica em brincadeiras infantis *coletivas* e com esportes *coletivos* (Silva,

2005). Daí os espaços de campos de vôlei e futebol e *playground* contribuírem para tanto.

Figura 7. *Playground*, campo de futebol e campo de vôlei, sítio matsuo



Fonte: arquivo dos autores, 2017.

Pesquisas demonstraram que crianças expostas em brincadeiras e esportes *coletivos* se tornaram mais sociáveis, passaram a respeitar regras para um convívio e respeito mútuo, aprenderam a lidar melhor com as vitórias e as derrotas, tornaram-se mais estimuladas para a *coletividade*, tiveram melhor compreensão da relação com os outros, competem e ajudam uns aos outros, desenvolveram trabalhos em equipes, tomaram decisões importantes através de dinâmicas *coletivas*, desenvolveram melhor a auto-realização e articularam melhor competências organizacionais. (Silva, 2005; Arantes, 2001; Santos, 2012; Moura, 2001). Ora, essa condição cultural do esporte e da brincadeira infantil *coletivas* pode então contribuir para uma construção do caráter de um cidadão também afeito a uma responsabilidade social *pública* e uma devida necessidade de interação e participação social para soluções de demandas *coletivas*. O futebol é um pretexto para reunir pessoas com objetivos comuns que favorecem condições cívicas. (Santos, 2012). Tudo isso associado ao prazer de um exercício lúdico. (Moura, 2001).

De sorte que o futebol pode ser interpretado como um *fragmento sígnico pretérito* (Benjamin, 2007) de uma das mais notáveis manifestações culturais brasileiras (Figura 8). Para Da Matta (2006), o futebol é dotado de múltiplas dimensões que vão ao encontro de componentes cívicos, sociais identitários, culturais profundos e individuais singulares. Ao longo do século XX, o futebol foi consolidado como esporte de massa para brasileiros, sendo o mais popular do país. Além de que o futebol representa uma simbiose cultural, um modo de ser do brasileiro, pensar e existir do cidadão, como um imaginário e subjetividade da própria sociedade brasileira. Rivalidades entre os times de futebol se tornou um “combustível” que rege relações cotidianas no Brasil. (Santos, 2012).

Figura 8. Fotografia de futebol de várzea em São Paulo, Brasil; sem autoria e sem data



Fonte: <https://chicorajunior.files.wordpress.com/2015/03/amador-juc3a1-sp.jpg>.

Práticas religiosas são amparadas no Sítio Matsuo pela presença do Templo Kannon Mogi-Hakone e o Monumento Keikon-hi. (Figura 9). O templo e o monumento são vinculados à cultura religiosa budista, que indubitavelmente se associa à distinção étnica japonesa como signo de identidade e comunidade (Nunes, 2010). Os dois estão localizados no cume de uma montanha e se propõe uma subida através

de escadarias, como que um ritual para se chegar ao templo e monumento. No percurso, há níveis topográficos e pedras com inscrições em japonês. Retoma-se o *fragmento sígnico pretérito* (Benjamin, 2007) da Torre de Babel, da ágora com o templo grego no cume de uma montanha, ou dos patamares de Machu Picchu para rituais de sacrifício: signos de que será necessário um esforço na subida para ascese e sublimação dos fiéis. (Figura 10).

Para Nunes (2010), o cume, como a finalização de um esforço físico e convergência num espaço, apresenta-se como local de socialização e interdependência, bem como a sensação de uma conquista *coletiva*. Interpreta-se um espaço que origina partilhas comuns no intuito de novas perspectivas de desenvolvimento (sejam ligadas à saúde pessoal, aos problemas do cotidiano, à solução de entraves familiares, etc.).

Figura 9. Caminho ao templo Kannon Mogi Hakone e Monumento Keikon-hi, Sítio Matsuo





Fonte: arquivo dos autores, 2017.

Trata-se, portanto, de um grupo étnico, comprometido, identitário e leal sob a influência religiosa, com o intuito de praticarem ações oriundas da crença religiosa em sociedade e para a sociedade, numa espécie de proselitismo objetivando um bem *público* (Nunes, 2010).

Figura 10. Torre de Babel. Pieter Bruegel, cerca de 1563. Fotografia de Machu Picchu, sem autoria e data. Acrópole. Procissão panatenaica, Acervo da Editora da Universidade de Yale, Estados Unidos



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Torre_de_Babel_\(Bruegel\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Torre_de_Babel_(Bruegel)); <http://www.annees-de-pelerinage.com/machu-picchu-dark-side-bad-experience/>; www.archdaily.com.br.

Ainda que se trate de um sítio para estada e hospedagem e, portanto, associado às práticas de lazer, é necessário explanar que atividades voltadas ao trabalho são desenvolvidas enquanto eventos de capacitação, voltados para economia rural local. Sendo assim, notam-se cursos de olericultura (destacando-se o

de tomate orgânico), cursos de artesanato com bambu e cerâmica (próprios da cultura japonesa) e reuniões para decisões de gestão do turismo rural da região junto a sindicatos e membros de associações rurais. Tudo isso pode se dar no *ballroom*, nas varandas, nas hortas comunitárias e nas lavouras. (Figura 11).

Figura 11. Horta orgânica, produção de nêspera e artesanato com bambu, Sítio Matsuo.



Fonte: arquivo dos autores, 2017.

De sorte que a reunião das pessoas com propósitos comuns para incrementação de seus trabalhos favorecem relações sociais de ajuda mútua, troca de informações para melhorarem seus negócios e, nesse sentido, uma “educação” para a partilha cívica que pode dar significado para aprendizados e arranjos sociais participativos e colaborativos.

De outra forma, pode-se interpretar que atividades de capacitação dos cursos relacionados ao trabalho no Sítio Matsuo remontam às práticas originárias da agricultura, do artesanato e da manufatura como *fragmento sígnico pretérito*. (Benjamin, 2007). Nesse intuito, vale observar que essas formas de trabalho, ao contrário do trabalho industrial segmentado, envolvem o trabalhador em todas as instâncias da produção: coleta da matéria prima, manufatura e processo da matéria prima até o produto final, bem como a comercialização do produto (Figura 12). Ou

seja, o trabalhador tem uma compreensão totalizante de sua contribuição social na produção e na economia da sociedade como um todo. (Rosenthal, 2005).

Figura 12. “Sapateiros”, Jost Amman, 1568



Fonte: <http://www.alamy.com>.

Discussão dos resultados

Ao se entender o espaço cívico como manifestação essencialmente da vida em cidades (Holanda, 1995), nota-se que o caso do Sítio Matsuo poderia “negar” a condição cívica, uma vez que se encontra em zona rural. No entanto, a organização espacial de suas edificações e usos atribuídos a elas dão significado a uma *urbanidade* “interior” ao sítio. E ao tomar a definição de civismo como prática *coletiva* (independentemente de atributos legais públicos ou privados do meio de hospedagem), (Ferreira, 2018; Weiszflog, 2004; Houaiss, 2017; Priberam, 2018), notam-se diferentes usos *coletivos* que os espaços do sítio podem promover: varandas e *ballroom* para o convívio, templo como signo de união entre fiéis, horta e lavoura para

o aprendizado em conjunto de olericultura, salão de refeições e cozinhas para vários comensais, campos de vôlei, futebol e *playground* para esportes e brincadeiras *coletivas*.

De maneira que os espaços do Sítio Matsuo também podem ser interpretados como um lugar de escapismo das tarefas do cotidiano. O meio de hospedagem pode então se configurar como lugar de trocas “descomprometidas” no acaso de encontros com *outros*. O *espaço* pode surgir como amparo para um conglomerado de diferentes “atores” diversificados por aspectos identitários, muito apropriado à condição do turista, hóspede ou visitante (enquanto *alteridades*) com interesse na comunidade a qual visita. Bauman (2001) infere que o ideal de comunidade só é possível quando há um nível de “comparação” entre diferentes identidades, o que levaria a “afirmar” uma determinada identidade. De sorte que também se “aprende” outros signos e códigos cívicos, porque há a inserção de “visões de mundo” de *outros* (hóspedes, turistas, visitantes) na prática de vivências *coletivas*.

Deve-se notar que alguns usos nas edificações do Sítio Matsuo podem corroborar com o ideal de interesse *público* enquanto categoria de análise de civismo. (Ferreira, 2018; Weiszflog, 2004; Houaiss, 2017; Priberam, 2018), tal como sucede com os cursos de olericultura (na horta orgânica e na lavoura de nêspera) enquanto projeção sócio-econômica para comunidades com problemas financeiros. Bem como o espaço de culto religioso como projeção de bem-estar *coletivo* para os fiéis.

A partir dos usos das edificações, pode-se traçar o tipo de usuário (hóspede, visitante) que se motiva ao Sítio Matsuo. Portanto, trata-se de uma leitura sócio-espacial pautada pela visão de um visitante como propagador de interesses

comunitários e *coletivos*.

Nesse intuito, para Milton Santos (2000), a comunidade é mais que um grupo de pessoas, ela estabelece relações solidárias com sentido de pertencimento que pode ir além de um lugar, mas que têm identidade com o lugar; de modo que a comunidade só existe do ponto de vista do indivíduo que atribui significado ao *espaço*, independentemente de ser morador ou não daquele lugar.

Propõem-se novas formas de promover o civismo através de um meio de hospedagem em zona rural no Brasil. Nesse viés, pode-se interpretar que o tempo de uma experiência cívica pode ser maior do que acontece em muitos casos dos espaços públicos citadinos, dada a condição de imersão de seus visitantes e hóspedes. A experiência do meio de hospedagem (com todos os seus possíveis desdobramentos de civismo) pode se tornar “inesquecível” (Decker, 2009, p.68), garantindo-se ao longo do tempo uma cultura cívica: “De volta ao seu país, ele ficava satisfeito em contar os sinais de benevolência que tinha recebido; e a lembrança se perpetuava na família (...)” (Montadon, 2003, p.133).

Deve-se ainda discutir acerca do reconhecimento de outros espaços que propaguem o civismo para uma realidade política brasileira, no intuito de promover formas de democracia direta ao invés de uma hegemonia da democracia por representação. Nesse sentido, o Brasil apresenta, através de sua democracia por representação, uma tecnoburocracia constituindo um conjunto de regras e técnicas criadas que propõem a permanência do Estado com poder decisório sobre a sociedade. (Pereira, 1977).

Os conteúdos da tecnoburocracia criaram uma sociedade de classes no Brasil

por meio de um “técnico perito” que ocupa posições privilegiadas, devido seu conhecimento racionalizante para uma tomada de decisão. Dessa forma, o “técnico perito” acaba excluindo a opinião de *outros* dentro da sociedade brasileira. Ou seja, tecnoburocracia e “técnico perito” formam uma dominação política para conveniências de uma classe dominadora que se ampara no conhecimento racional e muitas vezes impessoal da instância jurídica (aparentemente servidora para todos, mas que “mascara” valores democráticos). (Weber, 1991; Tricárico, 2017).

Conclusões

A hipótese dessa pesquisa se confirma ao demonstrar que espaços de um meio de hospedagem rural no Brasil pode significar um espaço cívico, sobretudo por aglutinar usos que denotam a *coletivização* e a preocupação com aspectos do bem-estar da comunidade onde se insere, alçando com isso o interesse *público*.

A aproximação de dois temas distintos – meio de hospedagem rural no Brasil e civismo – pode contribuir tanto para a área do conhecimento do Turismo e Hotelaria, bem como para instâncias sócio-políticas. Nesse sentido, foi conveniente uma metodologia baseada em pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva (tendo-se o *espaço* como categoria de análise) por se tratar de um primeiro momento de inferência acerca da hipótese teórica e acadêmica levantada. De sorte que o *espaço* demonstra seu papel numa construção social crítica (Soja, 1993; Lefebvre, 1991), diante de pesquisas essencialmente sócio-econômicas para a hospitalidade hoteleira.

No entanto, julga-se que outras pesquisas vindouras podem ser desdobradas no intuito de maior comprovação dos meios de hospedagem rural no Brasil como signo de civismo. Sobretudo, ao se tomar a dialética sócio-espacial (Soja, 1993;

Lefebvre, 1991), seriam necessárias pesquisas também de cunho social, como, por exemplo, um levantamento do perfil de usuários do Turismo Rural no Brasil que procuram um meio de hospedagem rural. Nota-se, numa análise empírica, que o visitante e hóspede do Sítio Matsuo não está à procura efetivamente de entretenimento e lazer, mas à procura de capacitação para o trabalho, como os cursos de olericultura e artesanato, bem-estar espiritual com o templo Kannon e *coletivização* através de confraternizações nas varandas, no restaurante, na cozinha e no *ballroom* – signos espaciais e sociais para o civismo. De sorte que ainda que se tenham espaços propícios ao ócio e lazer como já são os espaços de meios de hospedagem, devem-se notar também espaços e usos que amparam *coletivização*.

Os visitantes e hóspedes parecem estar dispostos a vivenciar outras culturas, aprendendo a desenvolver habilidades e atividades que não fazem parte de seu cotidiano, ou seja, o intercâmbio entre pessoas de diferentes comunidades possibilita o surgimento de uma nova comunidade com objetivos cívicos comuns. Os hóspedes e visitantes parecem sair “enobrecidos” pelo conhecimento adquirido. Nesse processo, pode-se pensar um civismo “construído” fora das comunidades de origem de cada hóspede ou visitante. De modo que um empreendimento tido como “privado” do ponto de vista legal (meio de hospedagem) também pode inferir condições para o interesse *público* através de manifestações cívicas.

Outro aspecto conclusivo está na capacidade da zona rural no Brasil fomentar iniciativas políticas para uma democracia direta através do civismo que se dá em um meio de hospedagem rural. O que também contribuiria para um empoderamento das populações rurais no Brasil, diante de oligarquias rurais locais, coronelismo e

privilégios de latifundiários (Prado Jr., 1987) e diante de um maniqueísmo em julgar que no Brasil manifestações cívicas sempre se dão em meio urbanizado. (Holanda, 1995).

Com isso também, reconhece-se nas populações rurais brasileiras sua capacidade em solucionar demandas sociais.

A inexistência de uma bibliografia que revelasse o papel do espaço de um meio de hospedagem rural no Brasil como signo de civismo se apresentou como um limite da pesquisa, ao mesmo tempo em que a motivou. Diante disso, devem-se propor desdobramentos dessa pesquisa com outros estudos de casos similares e com outras metodologias.

Referências

- Abrahão, S. L. (2008). *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- Alex, S. (2008). *Projeto da praça. Convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Senac.
- Alexander, C., Ishikawa, S., e Silverstein, M. (2013). *Uma linguagem de padrões*. Bookman: Porto Alegre.
- Amposta, J. B. (2015). Tourism destination management: an overview of the advances of California. *Tourismos*, 10(2), 185-198.
- Antonini, E. (2014). Rethinking public space and citizenship in post-national times: Hannah Arendt and “the right to have rights”. *European Journal of Research on Education*, 2(6), 80-87.
- Arantes, M. (2014). Cidadania combina com Futebol. Recuperado de <<http://porvir.org/cidadania-combina-futebol/>>
- Araújo, L. M. de (2012). A colaboração como base para o planejamento turístico e territorial. In L. N. Coriolano & F. Perdigão (Orgs.), *Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza: EdUECE.
- Balula, L. (2010). Espaço público e criatividade urbana: a dinâmica dos lugares em três bairros culturais. *Cidades–Comunidades e Territórios, CET–Centro de Estudos Territoriais*, 20(21), 43-58.
- Barthes, R. (1971). *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Benjamin, W. (2007). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/Imprensa Oficial de São Paulo.
- Blok, A., & Meilvang, M. L. (2014). Picturing urban green attachments: civic activists moving between familiar and public engagements in the city. *Sociology*, 49(1), 19-37.
- Berman, M. (1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Brandão, H. C. L., & Moreira, Â. (2017). A varanda como espaço privado e espaço

- público no ambiente da casa. *Arquitextos*. Recuperado de <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.102/95>
- Brown, B., Burton, J. R., & Sweaney, A. L. (1998). Neighbors, households and front porches: new urbanist community toll or mere nostalgia? *Environment and Behavior*, 30(5), 579-600.
- Carneiro, H. (2007). Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. *Revista Histórica: Questão e Debates*, 42, 71-80.
- César, P. de A. B., Belusso, A., & Silva, E. (2017). Praça do Centro de Flores da Cunha (RS): palco de realizações sociais, religiosas e turísticas. *Caderno Virtual de Turismo*, 17(1), pp. 123-137.
- Coriolano, L. N., & Perdigão, F. (2012). *Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza: EdUECE.
- Costa, H. A., Pereira, R. M. F. do A., & Hoffmann, V. E. (2006). Compreendendo o espaço turístico de Balneário Camboriú (SC) como insumo para o estudo da competitividade local. *Turismo – Visão e Ação*, 8(2), 223-234.
- Damatta, R. (2006). *A bola corre mais que os homens*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Damatta, R. (1997). *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Deák, C., & Schiffer, S. R. (2010). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Decker, K. (2009). A experiência do local como fator de concorrência à internacionalização. In S. Furtado & R. Sogayar (Orgs.), *Hospitalidade: um relacionamento global de conhecimentos e atitudes*. São Paulo: LCTE Editora.
- Dias, C. M. de M. (2002). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri: Manole.
- Donzel, C. (1989). *Grand American Hotels*. New York: The Vendomi Press.
- Ferrara, L. D'A. (2000). *Os significados urbanos*. São Paulo: Edusp/FAPESP.
- Ferrara, L. D'A. (2005). *Leitura sem palavras*. São Paulo: Ática.
- Ferreira, A. B. de H. (2018): *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Editora Positivo.
- Forné, F. F. (2015). La experiencia en la relación entre los empleados de primera

- línea y los clientes: caso exploratorio sobre la identificación con la misión en la industria de la hotelería española. *Cuadernos de Turismo*, 36, 465-468.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- González, M. R. (2005). El Turismo como nueva fuente de ingresos para el medio rural de Castilla y León. *Cuadernos de Turismo*, 16, 175-195.
- Grinover, L. (2016). *A cidade à procura da hospitalidade*. São Paulo: Aleph.
- Gueraldi, A. C. F., & Lutz, P. (2015). Novas perspectivas para o espaço público em São Paulo: movimentos sociais, poder público e transformações recentes. *Artigos em Atas de Conferências Internacionais do 1º. Congresso Internacional de Espaços Públicos*.
- Hambleton, R. (2015). Power, place and new civic leadership. *Local Economy*, 30(2), 167-172.
- Hamburger Fernandez, Á. A. (2013): Human development and quality of life in Latin America: public space and citizenship in ethical perspective. *Revista Latinoamericana de Bioética*, 13(2), 32-47.
- Heathcote, E. (2012). Between two worlds; The symbolic home A porch acts as an interface between the public and private realms. Recuperado em 15 julho, 2018, de <https://www.ft.com/content/b014a0ce-8f86-11e1-98b1-00144feab49a>
- Hernández, M. G., & Vaquero, M. de la C. (2006). Turismo en el medio rural: conformación y evolución de un sector productivo em plena transformación. El caso del Valle del Tiétar (Ávila). *Cuadernos de Turismo*, 17, 75-101.
- Holanda, S. B. de (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Houaiss, A. (2017). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: IAH.
- Høy-Petersen, N., Woodward, I., & Skrbis, Z. (2016). Gender Performance and Cosmopolitan Practice: Exploring gendered frames of openness and hospitality. *The Sociological Review*, 64(4), 970-986.
- Jackobson, R. (2017). *Huit questions de poétique*. Paris: Essais.
- Knutson, B. J., Beck, J. A., Kim, S., e Cha, J. (2009). Identifying the dimensions of the guest's hotel experience. *Cornell Hospitality Quarterly*, 50(1), 44-55.

- Lashley, C. (2015). Hospitalidade e hospitalidade. *Revista Hospitalidade*, 12, 70-92.
- Lefebvre, H. (1991). *The production of space*. London: Wiley.
- Lemos, C. (1976). *Cozinhas etc.* São Paulo: Perspectiva.
- Maffesoli, M. (2002). Mesa: espaço de comunicação. In C. M. de M. Dias (Org.), *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri: Manole.
- Maragno, G. V., & Coch, H. (2017): O desenho da varanda e sua repercussão ambiental na arquitetura das casas brasileiras. Recuperado de https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33688899/artigo_maragno_coch.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1506312274&Signature=imt4g0sqY%2Fd3CCTcDI%2FjsJgmsQ4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DArtigo_maragno_coch.pdf
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Montadon, A. (2003). Hospitalidade ontem e hoje. In A. Dencker & M. S. Bueno (Orgs.), *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Moura, C. B. (2001). O uso do futebol para crianças como meio educacional em comunidades desprovidas financeiramente. Recuperado de <http://www.avm.edu.br/monopdf/7/CLAUDIO%20BARBERAM%20DE%20MOURA.pd>
- Mumford, L. A. (1998). *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. Martins Fontes: São Paulo.
- Neto, L. (2012). *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Nunes, T. R. R. da C. B. (2010). Dimensões de socialização aplicadas na vida religiosa da comunidade chinesa do templo Fo Guang Shan de Lisboa. Recuperado de <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17078/1/Tese%20Tânia%20Nunes%20nr.%20103611001.pdf>
- Oh, H., & Jeong, M. (2010). Evaluating stability of the performance-satisfaction

- relationship selected lodging market segments. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 22(7), 953-974.
- Peirce, C. S. (1984). *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix.
- Pereira, L. C. B. (1977). *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. São Paulo: Editora Brasiliense
- Pérez, M. J. R. (2015). Paradores, Pousadas y Habaguanex. La rehabilitación en el marco de la hotelería pública. *Cuadernos de Turismo*, 35, 379-398.
- Pezzotti, G. (2011). The essence of Hospitality and Service. In M. C. Sturman, J. B. Corgel & R. Verna, (Orgs.), *The Cornell School of Hotel Administration on Hospitality: cutting edge thinking and practice*. New Jersey: John Wiley & Sons. Inc..
- Platão (1965). *A República*. Difusão Européia do Livro: São Paulo.
- Prado Jr., C. (1987). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
- Priberam (2018). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Lello Editores.
- Robba, F., e Macedo, S. S. (2003). *Praças brasileiras. Public Squares in Brasil*. Imprensa Oficial: São Paulo.
- Rosenthal, T. (2005). The Arts and Crafts Movement and J.R.R. Tolkien: Middle-Earth's. *Imagery and Philosophy*, 11(15), 1-14.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. D. P. B. (2013). *Metodologia da pesquisa*. Porto Belo: Penso.
- Santos, J. S. A. (2012). Adaptação e identidade: o futebol como instrumento de socialização: o caso do Varjão. Recuperado de <http://bdm.unb.br/handle/10483/3457>
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Secretaria de Desenvolvimento, Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes (2018). *Guia Turístico de Mogi das Cruzes*. Mogi das Cruzes: Conselho Municipal de Turismo de Mogi das Cruzes, Associação Comercial de Mogi das Cruzes.
- Sennett, R. (1990). *La conciencia del ojo*. Duplex: Barcelona.
- Silva, D. F. (2005). A importância da prática do futebol no processo de desenvolvimento social das crianças. Recuperado em 14 abril, 2018, de

http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5086/1/CT_COEFI_2015_1_12.pdf

- Soja, E. (1993). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Souza, M. L. de (2002). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Swerts, T. (2017). Creating space for citizenship: the liminal politics of undocumented activism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 41, 379-395.
- Tasci, A., e Semrad, K. (2016). Developing a scale of hospitableness: a table of two worlds. *International Journal of Hospitality Management*, 53, 30-41.
- Trevisan, S. D. P. (2006). *Comunidades Sustentáveis a partir do Turismo com base local*. Ilhéus: Editora da UESC.
- Tricárico, L. T. (2017). *Raptos do direito à cidade como categoria de análise do plano urbano: a Cidade Moderna*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.
- Tricárico, L. T., Rossini, D. M., & Tomelin, C. A. (2016). The Meaning of Space as Emotion: The Hotel as Sign – Hotel Semiramis, a Case. *Razón y Palabra*, 20(4_95), 566-590.
- Vasconcelos, E. (2002). *Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes.
- Viezzler, J. (2014). *As linhas projetuais paisagísticas e a percepção dos usuários das praças de Curitiba-PR*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná.
- Yokoo, S. C., & Chies, C. (2009). O papel das praças públicas: estudo de caso da Praça Raposo Tavares na cidade de Maringá. *Artigos em Atas de Conferências do IV EPTC – Encontro de Produção Científica e Tecnológica*.
- Walker, J. R. (2002). *Introdução à Hospitalidade*. Barueri: Manole.
- Weber, M. (1991). *O que é a burocracia*. São Paulo: CFA.
- Weiszflog, W. (2004). *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.